

● CONGRESSO

Mil livros de educação fiscal chegam às escolas

FRANCISCO JOSÉ CARDOSO
fcardoso@dnnoticias.pt

São mil livros e vão chegar às escolas do 1.º Ciclo da Madeira. A publicação didáctica, que adapta às figuras e cenários da Madeira, o original “Joaninha e os impostos” de Clotilde Celorico Palma, pretende educar os mais jovens para a cidadania na área fiscal, basicamente educando desde muito cedo os madeirenses para a importância e necessidade de pagar impostos para que o estilo de vida que temos continue a ser proporcionado pelos serviços públicos, tal como na saúde, na educação, nos transportes, na habitação social, entre tantos outros meios nos quais, quem trabalha e desconta dos seus rendimentos, vê o dinheiro ser aplicado.

O livro adaptado (que deverá ter uma edição em Braille, linguagem para cegos), chega às escolas e contará para uma outra visão das futuras gerações de contribuintes daquela que a generalidade dos cidadãos tem. Um problema de mentalidade que foi assumido por todos os presentes no evento que antecedeu, denominado Congresso para a Cidadania e Educação Fiscal.

O vice-presidente do Governo Regional abriu e fechou os trabalhos que decorreram ontem de manhã no auditório da Reitoria da Universidade da Madeira, no Colégio dos Jesuítas. Frisou, sobretudo, a necessidade de educar os mais jovens no que há literacia financeira lhes diz respeito, reforçando que este livro servirá também para os pais, porque não vale ensinar as crianças nas escolas e quando chegam a casa os progenitores ou encarregados de educação



Pedro Calado fez a intervenção política de abertura e ainda apresentou o livro no final do evento.

deitam por terra esse trabalho. Basicamente o mesmo que se passou e ainda se passa com a educação ambiental e a separação do lixo.

Pedro Calado explicou que a Região arrecada, grosso modo, em impostos directos e indirectos, cerca de 900 milhões de euros para um orçamento regional que tem 1,9 mil milhões para gerir anualmente, grande parte utilizado nos serviços de saúde e educação.

O governante refutou a ideia que pagamos impostos a mais para serviços a menos, salientando que é crucial as novas gerações percebam que o que lhes é pedido fruto do seu trabalho tem sido bem aplicado na Madeira, sendo a região do país que menos impostos cobra e melhores serviços presta às populações.

Pagar mais e ser feliz

A autora do livro, editado pela primeira vez em 2015, numa parceria com a Ordem dos Contabilistas

É PRECISO EDUCAR OS MAIS JOVENS PARA A CIDADANIA. ESTE PROJECTO DIDÁCTICO ABORDA IMPOSTOS

Certificados, diz que se lançou neste projecto quando se percebeu que nas escolas dos países sul-americanos tinham formas muito originais de levar este tipo de educação financeira às crianças, sendo que a mesma tem desenvolvido formações para países lusófonos e pretende que as personagens ‘Joaninha’ e ‘Fisquinho’ cheguem a outras línguas, como o castelhano, o inglês, o russo.

A promotora do projecto de cidadania e literacia financeira salientou que é fundamental que sejam criados programas e planos nesse

sentido e que cheguem aos mais jovens. Clotilde Celorico Palma, docente universitária, deu conta da sua experiência em Portugal e em vários países como Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde. Salientou que no país onde se paga mais impostos, a Dinamarca, é onde as pessoas são mais felizes (segundo estudos sobre felicidade humana), o que desmistifica a ideia que pagar impostos é algo penoso ou que desagradada.

A especialista em direito fiscal garante que as pessoas têm de perceber porque pagam impostos e lembrou que têm de sentir que o seu dinheiro está a ser bem empregue. O projecto de cidadania e educação fiscal chega assim à Madeira com o livro adaptado, em que a personagem é uma menina vestida de vilão, que contracena com o seu cão, mas sobretudo com um menino, personagem que personifica as Finanças e dá-se pelo nome de ‘Fisquinho’.

A autora fez parte do primeiro painel do evento sobre “Estado, Democracia, Cidadania e Impostos”, que contou ainda com a preleção de Paulo Nogueira da Costa, professor do Centro de Investigação da Universidade Autónoma, que começou por definir a sua ideia sobre educação fiscal, moral fiscal e compliance (cumprimento) fiscal, assente em direitos e deveres, na qual os cidadãos olham o pagamento de impostos como algo fundamental na relação entre estes e os seus governos.

A administração fiscal participa numa melhoria da consciência fiscal e do pagamento de impostos, frisou, e é neste pressuposto, através da consciência fiscal, que é influenciada pela moral fiscal, na qual as pessoas acabam por ser mais cumpridoras se tiverem a certeza que os seus impostos estão a ser bem aplicados. Pelo lado contrário, quem justifica o não paga-

PUB

servinasa.com

servinasa
Limpezas e Serviços, lda

Limpezas
Jardinagem
Pest Control

Tel.: 291 755 350 Fax: 291 755 241
Tlm: 910 501 619
Caminho Velho da Chamorra, 15
9020-128 Funchal

mento de impostos fá-lo porque o Estado não lhe fornece os serviços devidos, o que leva a um círculo vicioso em que quanto menos impostos se pagar, por força da fuga ao seu pagamento, menos capacidade os governos têm de promover os serviços que são pagos pelos impostos.

O orador disse ainda que a sociedade tem o direito de pedir contas e resultados a quem gere o dinheiro dos impostos, gerando-se aqui o princípio da avaliação como dimensão do princípio da boa governança para a melhoria de vida dos cidadãos.

Falta de confiança penaliza

Também, abordando a temática da importância da Literacia Orçamental para a Prossecução da Transparência Orçamental, Cristina Lino Costa, professora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, salientou que apesar da OCDE defender que os governos devem apresentar publicamente os propósitos e aplicações dos impostos, apenas 35% dos portugueses confiam no seu governo, contra a média de 45% dos países pertencentes a esta organização internacional. Uma confiança que tem diminuído e que é preciso voltar a aumentar. Uma das medidas passa pela educação.

A isto se deve aos constantes problemas financeiros do Estado, pelo que a aposta na transparência orçamental é um dos pilares do governo aberto, gerando menos corrupção, utilização eficiente dos fundos públicos, entre outros. Os conceitos de transparência orçamental existem na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1798, lembrou, que aponta num direito do cidadão e um dever das administrações públicas, sendo desejável a responsabilização dos gestores públicos e cidadãos, a integridade dos decisores, a inclusão dos cidadãos nesse processo, gerando confiança nos governos e a qualidade dos serviços.

Em conclusão, acredita que para haver maior literacia orçamental é fundamental que haja educação orçamental, incluída nos currículos escolares, ideia defendida pelo Banco Mundial, baseada na criação

de manuais de literacia da área, simplificar a informação orçamental, medidas que em Portugal resultam em várias medidas, a mais recente e popularizada nos últimos anos é o Orçamento Participativo. Aliás, em 2018 e 2019, Portugal foi o único país do mundo a ter orçamentos participativos em todos os níveis de governo, incluindo nacional, regionais, municipais e em freguesias.

No segundo painel, sobre como “Implementar uma política de Cidadania e Educação Fiscal, o actual administrador da SDM e antigo director regional dos Assuntos Fiscais, João Machado, salientou que para a maioria o pagamento de impostos é uma maçada, mas lembrou que este é um processo contínuo e inacabado. Reconhecendo que mesmo sendo dura, uma missão complicada, o seu conhecimento é, diga-se, um dos problemas da administração pública e frisando que faltará alguma informação, maior abertura e flexibilidade.

Disse que ao longo do tempo sempre procurou ter uma atitude mais aberta do que as normas da administração fiscal permitiam, por isso acredita que conseguiu ter maior capacidade de justiça, explicando o imposto aos contribuintes, reforçando que a administração tributária não é uma organização sem rosto e com normas incompreensíveis, destacando que aos incumpridores, a justiça tarda, mas não falha, garantiu. E concluiu que a Madeira gere uma administração fiscal regionalizada que é um “produto inacabado e em constante evolução”.

Estado recusa pagar

Já a actual directora regional da Autoridade Tributária da RAM, Lina Camacho, lembrou que o dever de cada um de contribuir para a comunidade, sendo este um pilar de um moderno Estado social de direitos. A AT-RAM está, disse, a contratar cerca de 20 novos trabalhadores e uma das questões colocadas foi precisamente este tema da cidadania fiscal, sendo que a cidadania é um conceito que implica uma visão quadrimensional, baseada na visão universal, europeia, nacional e regional.



O livro adaptado à Madeira.

AUTORA, ORDEM DOS CONTABILISTAS, FISCO E EDUCAÇÃO REGIONAIS ASSINAM PROTOCOLO

No inquérito aos candidatos, disse que foram colocadas questões sobre este tema e a ultraperiferia, na qual percebeu-se que há muito desconhecimento sobre o mesmo.

Lina Camacho lembrou, por isso, que a autonomia fiscal é fundamental para o desenvolvimento regional, é um direito que temos de passar aos jovens, que mais tarde ou mais cedo vamos poder decidir um caminho próprio para os nossos impostos. Actualmente a Madeira colecta os impostos, envia para o Estado, que por exemplo

neste momento tem a dever 33 milhões dos nossos impostos.

Esta matéria da literacia financeira é crucial para todos nós, disse a Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados que, desde a primeira hora apoiou o projecto, lembrou Paula Franco. Ainda que seja um dever, é um direito pelo que temos a seguir do que o Estado nos pode dar, reconheceu ainda. A justiça fiscal é tão mais justa quanto mais forem explicados, não sendo fáceis, mas muito complexos, há um papel de todos para, activamente, os impostos sejam acessíveis ao comum dos cidadãos.

Por fim, o director regional de Educação, Marco Gomes, disse que as o papel da escola é ajudar os alunos a descobrirem as suas capacidades e a serem autónomos, não se devendo se limitar a transmitir competências, tem de ajudá-los a resolverem o problema, seja ele qual for, no fundo o saber em acção, ajudando os alunos a construir um projecto de vida.

Lembrando que a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 é uma das melhores do mundo, Marco Gomes deu conta que a flexibilidade curricular introduzida no ano passado já começou a abordar a temática da educação para a cidadania, estratégia nacional baseada em 17 tópicos e que incluem já a literacia financeira e que, eventualmente, merecerão uma abordagem mais aprofundada incluindo este projecto, o que implica que o sistema educativo regional poderá e deverá aprofundar estas temáticas.

O lançamento do livro coincidiu com o início do ano lectivo para milhares de crianças e jovens, mas o objectivo é que haja um programa sobre educação para a fiscalidade que abranja todos os níveis de ensino, não só o primário mas também o secundário. No final foi assinado um protocolo de cooperação que formaliza estes propósitos.

PASSAGEM DO LIVRO

“A Joaquina tem oito anos, mora no Funchal, na Ilha da Madeira, e anda no 2.º ano do primeiro ciclo na escolinha do seu bairro. É ainda uma daquelas escolas antigas, onde também os seus pais e o irmão mais velho estudaram, pintada de amarelo e com grandes janelas rasgadas, pintadas de branco (...) A Joaquina gosta muito da escola, dos professores, dos seus colegas e de todos os funcionários e não trocava aquela escola por nenhuma outra do mundo inteiro. (...) E a escola ficou tão bonita depois de os Senhores da Câmara terem feito as obras! A escola precisava muito de obras. Foi toda pintada de novo, com um amarelo mais vivo. Fizeram um edifício novo num recanto do grande jardim onde ficou a biblioteca e duas salas de estudo. Tão

linda a nova biblioteca, com tantos livros novos e secretárias brancas muito modernas. A Secretaria Regional da Educação enviou computadores novos e veio uma Senhora só para a biblioteca (...) O refeitório foi todo alterado, nem parecia o mesmo. A cozinha ficou mais bonita do que a da sua casa... o ginásio foi pintado de branco e compraram muito material novo. (...) A Joaquina ouviu dizer que agora parece que há muitos casais que não têm filhos ou têm só um porque não têm dinheiro para todas as despesas. A Joaquina também ouviu dizer que a vida é muito cara, que tem de estudar para se preparar para um dia poder ter uma família como a sua, mas não percebe como é que o Governo arranjou o dinheiro para as obras na escola... e de onde vem o dinheiro para tanta coisa.”

SEGUNDO LIVRO

■ Refira-se que o livro “A Joaquina e os Impostos” tem um segundo volume virado para outras idades e nível escolar. “Uma História de Educação Fiscal para Adolescentes” é dedicado aos alunos do 2.º Ciclo, mas não feito pela mesma autora e, sobretudo, não promovido pelas entidades públicas regionais que, nesta edição especial, o adaptaram aos usos e costumes da Madeira. Nas livrarias desde 2017, tem um custo de cerca de 7 euros, mais ou menos do mesmo do primeiro volume.

48 PÁGINAS

■ Em 48 páginas efectivas com muito para ler e aprender com a história de ‘Joaquina’, o livro tem várias ilustrações adaptadas dos originais de Clotilde Celorico Palma (ela própria continental mas que desde criança visita a Madeira e, garante, tem “a Madeira no coração” e onde se sente em casa) e, ainda, de Sílvia Neto e Telma Tavares Ferreira. Está dividido em cinco capítulos, textos explicativos de forma simples, acompanhados de desenhos originais e/ou adaptados para a Região.

RESUMO EM VÍDEO

■ No Youtube é possível observar um vídeo de cerca de cinco minutos que resume, grosso modo, a história do livro. Com as mesmas ilustrações e duas vozes off, uma da ‘Joaquina’ e outra do ‘Fisquinho’ e deverá chegar em breve às escolas. Segundo os promotores, tudo foi feito para coincidir com o início do ano lectivo, mas uma vez que ocorreu no mesmo dia da abertura de portas nas escolas, o ideal foi pensar numa apresentação pública, essa sim, com a presença dos miúdos.